

**POLITICA EDITORIAL E ESTADO:
estudo bibliométrico de artigos publicados na
revista brasileira de estudos pedagógicos, 1944-74**

***EDITORIAL POLICY AND STATE:
a bibliometric study of articles published in the
Brazilian Journal of Pedagogical Studies, 1944-74***

Lídia Alvarenga¹

Resumo

Análise de artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do INEP, no período de 1944-74, referentes à institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Tem por objetivo analisar 2382 citações constantes dos 206 artigos, sob a ótica das categorias: impacto dos autores e sistema de exclusão no processo de seleção de artigos para publicação no periódico. Os resultados são discutidos à luz de trabalhos sobre o contexto de produção do conhecimento e autores, enfocando a participação destes em órgãos do governo. Há claros indícios de que tenha havido fidelidade do periódico à ideologia do Estado, tendo seu processo de seleção funcionado a partir de um sistema de exclusão, que implicou na não-publicação dos artigos escritos por autores que não se afinassem com o pensamento estatal, mais especificamente com o Ministério da Educação, em períodos específicos de governo estudados.

¹ Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Palavras-chave

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

ANÁLISE DE CITAÇÕES

PESQUISA EDUCACIONAL

EDUCAÇÃO

BIBLIOMETRIA

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANÍSIO TEIXEIRA

NEWTON SUCUPIRA

LOURENÇO FILHO

1 INTRODUÇÃO

O periódico pode ser visto como um espaço de conflitos de interesses, em que diversos grupos disputam chances de comunicar seus pensamentos, muitas vezes tendo como objetivo implícito a intenção de manutenção de status e poder no desempenho de cargos em instituições públicas ou privadas.

No Brasil, onde sempre houve grande carência de recursos para a edição de periódicos técnico-científicos, muitos títulos costumam ser editados por entidades oficiais, situação que tende a dificultar a desejável desvinculação entre as fronteiras das políticas editorial e institucional.

No processo de seleção dos comitês editoriais dos periódicos, a maior ou menor permeabilidade à aceitação de artigos pode depender do alinhamento de seus autores com a ideologia, seja dos dirigentes dos órgãos editores do periódico, dos grupos que compõem seus comitês editoriais, ou mesmo com a ideologia de um colégio invisível, composto de membros internos e externos à instituição.

Os estudos sobre o comportamento da literatura periódica podem fazer emergir insumos profícuos para o conhecimento da comunicação entre os membros da comunidade científica, dos pensamentos veiculados em determinada época, assim como de um periódico e seu correspondente processo de seleção e aceitação de trabalhos. Estudos dessa natureza,

além de se constituir em fontes fidedignas de enunciados para a descrição do processo evolutivo de uma disciplina, também podem ser visto como um instrumental empírico valioso para suporte a interpretações de fatos e dados relativos à produção de conhecimento, nos diversos campos de conhecimento.

O comportamento de um periódico, no que tange às temáticas de seus artigos, às presenças ou ausências de pessoas em seu corpo de colaboradores estes pertencentes a uma determinada comunidade ou facção política, tende a revelar conflitos e parcerias envolvendo atores atuantes nos vários momentos do processo.

A pesquisa que deu origem a este artigo serviu-se de material empírico composto por 206 artigos devotados à pesquisa educacional, publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RBEP, editada pelo INEP/MEC, no período de 1944 a 74 e compreende três partes distintas:

A primeira parte, já publicada (ALVARENGA, 2000), tratou da teoria que fundamenta a pesquisa em seu objetivo maior, ou seja de realizar análises bibliométricas para subsidiar um estudo arqueológico que objetivou estudar o processo de institucionalização do campo da pesquisa educacional no Brasil, no período que antecede a criação dos cursos de pós-graduação brasileiros na referida área de conhecimento. A essa primeira parte correspondem reflexões que relacionam a bibliometria, campo da ciência da informação, com a arqueologia do saber de Michel Foucault, por se considerar que os campos de conhecimento, em alguns momentos de sua história, não se formam a partir exclusivamente de textos ditos científicos, no sentido essencial do termo, mas incluem saberes que não têm pretensões de cientificidade, oriundos de outras instâncias político-sociais.

A segunda parte compreendeu um estudo que analisou o mesmo universo de artigos da RBEP, segundo as categorias *temáticas privilegiadas*, *autores produtores* e a *produtividade de artigos*, no período de 1944-1974, corresponde aos períodos de governo do Brasil: Estado novo, Dutra, Vargas, Kubitschek, Quadros-Goulart, e Governos Militares. Foi constatado dentre os resultados que, no universo compreendido pelos 206 artigos, os autores que mais produziram artigos

pertinentes ao processo de institucionalização da pesquisa educacional, nas diferentes fases de governo foram: Anísio Teixeira; Lourenço Filho; Newton Sucupira e Jayme Abreu. Essa parte do trabalho foi aceito para publicação na própria RBEP, periódico do INEP/MEC em seu número 198, no prelo.

O segmento do trabalho ora relatado corresponde à terceira parte da pesquisa mais ampla, e compreende a análise das 2382 citações presentes nos mesmos 206 artigos pertinentes à institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, segundo duas outras categorias de análise: *influência ou impacto dos autores mais citados* nos artigos; e *sistema de exclusão* no processo de publicação de artigos na revista do INEP.

Para se chegar ao estudo da categoria *sistema de exclusão* passou-se pelo conhecimento dos autores mais produtivos, ou seja, pelo conhecimento dos autores que produziram maior número de artigos no período, já referidos em trabalho anterior. Esses resultados acrescidos aos encontrados a partir da variável – *autores mais citados*, permitiram as análises que compreendem a parte substancial do trabalho ora relatado, ou seja, um esforço de aprofundamento no processo de interpretação qualitativa de resultados empírico-quantitativos.

A categoria *Sistema de exclusão no processo de publicação de artigos* foi considerada na pesquisa de categoria “gnoseológica”, por trabalhar com um processo essencialmente hermenêutico-interpretativo; foi estudada a partir dos resultados evidenciados no estudo do grupo de autores mais produtivos e mais citados, tendo como fundo o contexto político-social da época e a literatura publicada, procurando-se também identificar personalidades ausentes do grupo de autores produtores ou citados nos artigos do periódico.

2 ESTUDO DE CITAÇÕES

As ocorrências de citações nos artigos podem ser observadas na Tabela 1. Nos artigos analisados nesta pesquisa foi encontrado um total de 2382 citações. A média é de onze citações por artigo.

Tabela 1: Distribuição por citações ocorridas nos artigos sobre institucionalização da pesquisa educacional publicados na RBEP

Classes de Artigos	Artigos Número	%	Citações Número	%
Zero citações	21	10,19%	-	-
De 1 a 10 citações	119	57,76%	496	20,82
De 18 a 83 citações	66	32,03%	1886	79,17
Total	206	99,98%	2382	99,99%

Tendo-se excluído as citações ou alusões a um mesmo trabalho ou autor, presentes em um mesmo artigo, o total de 2382 citações fica reduzido a 2354, incluindo-se as citações de publicações oficiais; legislação; citações a nomes de autores e a títulos de periódicos (periódicos como um todo), tendo sido encontrados os resultados expostos no Quadro 1.

De acordo com os resultados do Quadro 1, dentre as citações ocorridas, 2100 incluem nomes de autores pessoais, grupo composto dos itens 1.1 – *citações completas com nomes de autores* (1007 citações) e 2.1 – *Alusões a nomes de autores* (1093).

Noventa e três citações se referem a *trabalhos citados por seus títulos*, não incluindo nomes de autores, ou com autoria não expressa; 123 referências são constituídas de *publicações oficiais*, atos legislativos e normas jurídicas nacionais, a maioria do poder executivo central, algumas de alguns Estados do País e uma de país estrangeiro; e 038 citações se reportam a *periódicos como um todo*, ou seja a títulos de periódicos.

Grupos de trabalhos citados	Números de citações
1 <u>Citações completas</u>	
1.1 Por autores *	1007
1.2 Por títulos	093
Subtotal	1100
1.3 Publicações oficiais	123
Subtotal	1223
2 <u>Outras citações</u>	
2.1 Alusões	1093
2.2 Citações a periódicos como todo	038
Total geral	2354

Quadro 1: Incidência de citações por grupos de trabalhos citados nos artigos pertinentes à institucionalização da pesquisa educacional publicados

3 AUTORES RELEVANTES CITADOS

Num segundo momento, no processo de análise dos artigos quanto à categoria empírica *Influência ou Impacto*, foi tomado o estrato, composto por 2100 citações nominais (autores pessoais e alusões), tendo sido analisada a subcategoria *Autores citados*, com o intuito de se verificar o grau de influência e impacto do pensamento de autores pessoais, no discurso pertinente à institucionalização da pesquisa educacional no Brasil.

Foram tomadas as citações completas por autores (1007) e as alusões (1093), trabalhando-se com um total de 2100 citações.

Não foram nesse momento ainda consideradas as influências em termos de trabalhos específicos, mas aquelas possíveis de serem detectadas do processo de simples referência a nomes de autores, presentes em literatura periódica, quer estivessem esses nomes vinculados ou não a trabalhos específicos. Foram excluídos dessa análise, por serem isentas de autoria nominal, as seguintes categorias de trabalhos citados: as *Publicações oficiais* (123), os *Trabalhos citados por seus títulos* (093), e as citações a *Periódicos como um todo* (títulos de periódicos) (038).

Citações (B)	Citações (A)	Acumulado de autores	A. x B.	Acumulado de citações
62	1	1	62	62
48	1	2	48	110
40	1	3	40	150
23	1	4	23	173
19	2	6	38	211
18	1	7	18	229
17	1	8	17	246
13	2	10	26	272
12	2	12	24	296
11	1	13	11	307
10	1	14	10	317
9	5	19	45	362
8	3	22	24	386
7	11	33	77	463
6	5	38	30	493
5	15	<u>53</u>	75	<u>568</u>
3	24	77	96	664
4	62	139	186	850
2	147	286	294	1144
1	596	1242	956	2100

Quadro 2: Distribuição de autores por citações recebidas nos artigos da RBEP analisados

O Quadro 2 constitui-se numa distribuição hiperbólica de autores, em modelo usual nos estudos bibliométricos, por citações recebidas, para aferir o comportamento das citações, com relação aos autores citados. Verifica-se que 1186 autores receberam de uma a quatro citações totalizando 1509 citações, estabelecendo-se a seguinte relação: 95,65% dos autores receberam 72,95 citações. A média de citações, por autores, foi da ordem de 1,2 citações. Com apenas uma citação, encontrou-se um grupo de 956 nomes.

Os autores com cinco ou mais citações foram 53 (4,28% dos autores), responsáveis por 568 citações (27,04% das citações). A média de citações desse grupo foi de 10,71 citações recebidas por autor. Verifica-se, portanto, uma grande dispersão no que se refere aos trabalhos citados, embora tenham sido destacados como um grupo, nesta tese, autores mais citados, como se verá adiante.

MONTESSORI	6	5	-	-	-
PEIRCE, Ch.	6	6	-	-	-
RIBEIRO, D.	6	6	-	-	-
BACON, F.	5	6	-	-	-
CHAGAS, Valnir	6	5	-	-	-
DURKEIM, E	5	5	1	-	-
MARX	5	5	-	-	-
RUSSEL, B.	5	5	-	-	-

Quadro 3: Autores mais citados nos artigos pertinentes à institucionalização da pesquisa educacional no Brasil publicados na RBEP

O Quadro 3 informa sobre os autores. Em sua composição, várias citações de um nome de autor, ocorridas em um mesmo artigo foram contadas apenas uma vez, assim como os casos de autocitações que foram considerados como auto-influência, não tendo sido computados. O quadro especifica os autores que obtiveram cinco ou mais citações:

Dos 53 autores que anteriormente apresentaram, em números absolutos cinco ou mais citações, um grupo de 20 autores citados foi excluído da seleção de autores, por terem sua influência minorizada em função das autocitações e citações de um mesmo trabalho, concentradas em um mesmo artigo, sendo excluídos do limite de cinco ou mais citações. O grupo de autores com cinco ou mais citações recebidas, constituído de acordo com os critérios já referidos, compreende os 33 autores mais citados.

Esse grupo dos 33 autores mais citados inclui: 10 brasileiros, contemporâneos ao período de produção dos artigos estudados e todos eles produtores de artigos da RBEP, com exceção de Armando Salles de Oliveira.

São eles: Anísio Teixeira (30 artigos), Fernando Azevedo (18), Lourenço Filho (16), Newton Sucupira (nove), Armando Salles de Oliveira (oito), Gilberto Freyre (seis), Jayme Abreu (seis), Darcy Ribeiro (seis), Almeida Júnior (cinco) e Valnir Chagas (cinco); e 23 estrangeiros que formam um subgrupo constituído de: autores clássicos da área da Filosofia e Ciência em geral, incluindo nomes tais como Aristóteles, Platão, Bacon, Ortega Y Gasset, Darwin, Marx, William James, Bertrand Russel, Charles Peirce, Manheim; e de autores com contribuições marcantes na Ciência

da Educação, tais como Dewey, Herbart, Rousseau, Froebel, Kilpatrick, Kant, Durkeim, Pestalozzi, Montessori, Piaget, Thorndike, Whitehead, Brunchwicg.

Na tentativa de se identificar os autores mais influentes, no discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, selecionou-se os autores *ao mesmo tempo produtores de mais de cinco artigos e citados cinco ou mais vezes*, tendo-se encontrado os autores:

Nomes	Citações recebidas	Artigos Produzidos ²
Anísio Teixeira	30	10
Lourenço Filho	16	05
Newton Sucupira	09	07
Jayme Abreu	06	05

Quadro 4: Autores mais produtivos e mais citados nos artigos da RBEP

Contextualizando a produção desses autores, nas diversas fases de governo constata-se que os autores mais influentes, ou seja os mais produtivos e ao mesmo tempo mais citados, no processo de institucionalização da Pesquisa Educacional são: *Anísio Teixeira*, produtor de artigos pertinentes, nos períodos Kubitschek (seis), Quadros-Goulart (um) e Militares (três); *Lourenço Filho* produtor nos governos Dutra (um) e Quadros e Goulart (quatro); *Newton Sucupira*, nos períodos Kubitschek (dois), Quadros-Goulart (dois) e Militares (três); *Jayme Abreu*, nos períodos Kubitschek (dois) e Governos Militares pós – 1964 (três).

Os autores, acima referidos, poderiam ser vistos como membros mais efetivos, ou mesmo como líderes do grupo produtor de conhecimento, merecendo um aprofundamento em suas biografias, com a finalidade de situá-los, como produtores de conhecimentos pertinentes ao processo de institucionalização da pesquisa educacional.

² De acordo com artigo já publicado na Revista do INEP.

Esses autores, como um grupo de produtores de artigos, caracterizam-se por marcarem presença, em diversas fases de governo, verificando-se pela análise de suas biografias que, mesmo nos períodos em que não publicaram, estiveram de certa forma voltados para os interesses da institucionalização da pesquisa educacional.

Além de diretores do INEP (Lourenço Filho e Anísio Teixeira) os dois outros autores também ocuparam cargos no governo, diretamente junto a Teixeira (como é o caso de Jayme Abreu), ou se destacaram como integrantes atuantes em outros órgãos nacionais importantes para a pesquisa e a pós-graduação no País, como é o caso de Newton Sucupira que também se destacou como relator de pareceres do Conselho Federal de Educação.

Outro traço comum marcante é o fato de todos os autores referidos haverem escrito artigos sobre John Dewey. Em relação a John Dewey, autor mais citado nos artigos analisados nesta pesquisa, cumpre ressaltar que, além dos artigos dos quatro autores selecionados como líderes na produção de conhecimentos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, cinco outros artigos versam sobre o pensamento do filósofo americano: um editorial da RBEP, quando era diretor do Inep Anísio Teixeira (1959); uma resenha de um trabalho sobre o pensador, da autoria de Irvin Edman (1962), feita por um autor identificado pelas iniciais FMM; e outra resenha de Beatriz Osório (1960) de um livro do próprio John Dewey – *Democracia e educação*; um artigo de um autor norte-americano considerado um dos discípulos diretos da filosofia deweyana – William Heard Kilpatrick; um artigo de Gilberto Freyre (1960), republicado de matéria da revista “*O Cruzeiro*”.

Seguem-se relatos de alguns fatos biográficos sobre os quatro autores.

3.1 ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA

Anísio Teixeira, além de ser o autor que mais produziu artigos foi o que mais recebeu citações. Numa perspectiva de visão que extrapole o dado visível, verifica-se que, embora o referido autor não tenha contribuído, com artigos pertinentes à institucionalização da pesquisa

educacional no Brasil, nas três primeiras fases consideradas nesta pesquisa, por razões que serão adiante explicadas, Teixeira participava do grupo de pensadores nacionais que representava a elite intelectual militante do país, antes mesmo da criação do INEP.

Anísio Teixeira foi diretor do INEP por mais de uma década. Foi nomeado a 03/06/52 – em substituição ao Prof. Murilo Braga de Carvalho, falecido em 28/04/52, enquanto exercia a direção do INEP – e exonerado a 27/04/64, poucos dias após a instituição dos governos militares no Brasil. Foi nomeado, portanto, aproximadamente quinze meses após a posse do presidente Getúlio Vargas (Fase 3), continuando a dirigir o Inep, durante o governo Kubitschek (Fase 4) e os governos Quadros Goulart (Fase 5).

No período Vargas, quando nomeado, Teixeira não produziu qualquer artigo pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional. Já na *Fase 4* (JK), intensifica sua produção, nessa linha temática, tendo publicado 6 artigos pertinentes. Na *Fase 5*, contribuiu com apenas 1 artigo. No período dos governos militares, destarte Teixeira já estivesse afastado da direção do INEP, consta, sob sua responsabilidade, uma produção de três trabalhos publicados na RBEP: um sobre ciência da educação (1966), artigo original; outro sobre análise de sistemas e educação (1973), também artigo original; e outro, uma republicação de matéria originalmente publicada no jornal “*Última Hora*” sobre McLuhan (1970).

Dada a sua extensa produção de artigos na RBEP e em outras superfícies de emergência, conclui-se que Teixeira tenha influenciado o pensamento veiculado na RBEP por todo o período analisado – 1944 a 1974. Mesmo nas fases em que se constatou não haver publicado artigos, considerados pertinentes à institucionalização nos moldes preconizados por esta pesquisa sabe-se que a influência de Teixeira foi essencial.

Ao fazer parte do grupo de intelectuais militantes, Anísio, estaria indiretamente influenciando, quer seja na criação do periódico, como na condução editorial da Rbep³, ou influenciando os produtores do período.

Numa visão mais abrangente, poder-se-ia afirmar que a atuação de Anísio tenha se dado, prioritariamente, pela própria filiação ao grupo

³ Sabe-se que a Rbep teve como modelo, o Boletim de Instrução Pública, do Departamento de Instrução Pública do DF, publicado enquanto Anísio foi diretor desse órgão.

dos chamados *pioneiros da escola nova* – do qual faziam parte Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, este primeiro diretor do INEP, indicado por Gustavo Capanema, nos primeiros anos de existência do órgão – e notadamente, pelo seu destaque e liderança, no cenário da institucionalização da ciência em geral, e da ciência da educação no Brasil e do sistema nacional de educação, em níveis nacional e estadual.

Sua militância foi muito intensa e por participar de movimentos para o aperfeiçoamento da educação, como a liderança no âmbito da Associação Brasileira de Educação e outros e por ocupar cargos públicos, desde o início de sua carreira (início da década de 30), pôde constituir uma verdadeira escola de pensamento educacional no país.

Embora afastado dos cargos, no período do Estado Novo, por ser considerado elemento não-alinhado às ideologias da época, retomou a sua influência, após o governo Dutra, ao assumir novamente o presidente Getúlio Vargas, nesse momento defendendo propostas populistas de cunho menos autoritário e mais democrático.

O *Dicionário histórico* (1984) informa que no longo período em que o pensamento democrático esteve sufocado (1932- 52), Anísio Teixeira dedicou-se a atividades empresariais, tornando-se um dos principais exportadores de manganês da Bahia. Ao ser reconduzido aos quadros da administração federal Anísio ocupou, juntamente com a direção do INEP, os cargos de secretário-geral da Capes e reitor da Universidade de Brasília.

A contribuição de Teixeira, com artigos especialmente pertinentes ao processo de institucionalização da pesquisa educacional, inicia-se a partir de sua nomeação para o cargo de diretor do INEP, no governo de Getúlio Vargas, quando este ascendeu ao poder por meio de eleições diretas⁴.

⁴ Essa afirmação não quer dizer que Teixeira não tenha publicado outros artigos na RBEP, versando sobre outras temáticas relacionadas à Educação. De acordo com o índice da RBEP, Anísio publicou um artigo fora do âmbito dessa pesquisa, em período de governo anterior a Vargas, em 1947, intitulado “*Autonomia para a Educação na Bahia*”, publicado na RBEP v.11 n. 29, p.89-104, jul.-ago 1974 – e dois artigos em período posterior a esta pesquisa.

Ao assumir a direção do INEP, com uma atuação voltada para o estudo da educação, como fenômeno pedagógico, numa perspectiva interdisciplinar, Teixeira assinou a *Portaria n.3 de 01/04/53*, instituindo a Campanha de Inquiridos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – CILEME.

Pilati (1995, p. 6) afirma que:

Desde a sua posse, Anísio Teixeira manifestara a intenção de levar o INEP a trabalhar no lançamento das bases da Ciência da Educação, utilizando métodos objetivos e experimentais. Um dos meios para isto foi a CILEME.

Também foi criação de Teixeira, nesse período, o *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais* – CBPE e os *Centros Regionais de Pesquisas Educacionais*, em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre (*Decreto 38460 de 28/12/1955*). O fato de Anísio ter indicado para dirigir o *Centro de Pesquisas Regionais de São Paulo*, Fernando Azevedo, amigo a quem havia substituído na Diretoria do *Departamento de Instrução Pública do DF* (RJ), na década de 1930, denota a tendência de revezamento e indicação dos amigos do suposto “*Colégio Invisível*” para composição do quadro de dirigentes dos postos administrativos do Governo.

Muitos autores procuram entender Anísio Teixeira, em sua época (que se subdivide em momentos diversos) e, como se refere Mirene Santos Teixeira (1981, p. 1), procuram “explicá-lo como um elemento determinado e determinante de seu tempo”.

Em termos político-ideológicos, sabe-se que Anísio Teixeira encontra-se dentre os nomes mais expressivos do pensamento liberal, tendo exercido papel relevante, na história educacional do Brasil.

O liberalismo brasileiro, à época de Anísio, portava feições diferentes do que ocorria em outras nações, pelo fato de não haver ocorrido, no País, uma revolução burguesa, mas uma passagem para a industrialização, pela denominada “*via prussiana*”, em que as oligarquias, formadas pelos grandes proprietários, transformaram-se em capitalistas e aliaram-se ao Estado.

Segundo Fávero (1996, p. 22-30):

a hegemonia no país, nos anos 30, era exercida pelos setores conservadores que defendiam o poder da família para decidir sobre a educação. Tal defesa era feita sobretudo pela Igreja Católica. É contra essa situação que se insurgem na ABE, intelectuais e educadores, entre outros, Anísio Teixeira, preocupados em mudar a ordem social, através da escola.

O período de 30 a 35 é marcado pelo abandono da ideologia liberal pela oligarquia rural, ao ser constituído o denominado *Estado de Compromisso* – expressão que designou uma coligação das diferentes facções da classe dominante, sem que nenhuma delas fosse capaz de impor a sua hegemonia – contra a ameaça do comunismo e a ascensão das camadas populares.

Ao estudar a ausência, nesse momento, da defesa dos princípios liberais, por parte da burguesia industrial, baseando-se em Luiz Werneck Vianna, Raymundo Faoro, Boris Fausto, Francisco Weffort e Evaristo de Moraes Filho, Gandini chama atenção para o fato de que, a partir de 1934, ao mesmo tempo que se intensifica a sindicalização patronal, fica claro para os empresários a debilidade da dominação liberal, para a contenção das chamadas classes subalternas, assim afirmando a autora:

[...] é o autoritarismo que marca a evolução industrial e principalmente os períodos de avanço industrial. Ao liberalismo excludente da oligarquia, segue-se o projeto racionalista autoritário do Estado corporativo (GANDINI, 1980, p. 160).

Raquel Gandini se expressa, a seguir, a respeito do liberalismo, na educação, no contexto político do período de participação de Teixeira nos quadros administrativos de governo, nos seguintes termos:

[...] o liberalismo, na América Latina, já nasce como ideologia conservadora porque é adotado pelas

classes dominantes e atende às suas necessidades[...] A influência liberal em educação resultou conservadora, na medida em que afastou prematuramente a discussão sobre os problemas sociais e políticos mais amplos nela envolvidos, para fixá-los em aspectos técnicos e burocráticos do processo educacional [...]. O momento histórico (1930-35) reflete pela via educacional e pelo pensamento liberal e ação de Anísio Teixeira, a entrada do Brasil, na esfera de influência do capitalismo norte-americano. Como dissemos, esta influência passa a se fazer sentir em um dos setores mais importantes para o estabelecimento da hegemonia: o aparelho escolar (GANDINI, 1980, p. 55, 210).

Encontram-se em Dewey, as raízes da ideologia liberal pragmática, adotada por Teixeira⁵. Baseando-se no liberalismo moderno de Durkeim e Hegel, Dewey articula sua teoria, como uma solução coletivista para a realização da liberdade individual, apoiando-se no Estado, e em um conceito especial de ação que se aplicava a situações específicas das pequenas cidades americanas, onde a escola pública, fruto da tolerância e autonomia locais, deveria agradar aos diferentes grupos de pressão que sobre ela atuavam (GANDINI, 1980).

Talvez daí se possa compreender o fato de ser Dewey o autor mais citado nos artigos analisados nesta pesquisa. Anísio estudou na Universidade de Columbia, Estados Unidos tornando-se discípulo do pensador norte-americano e, como líder no Brasil no estudo e trato das questões educacionais, é possível que o autor tenha influenciado integrantes de seu grupo.

⁵ A esse respeito Fávero sugere que se consulte Clarice Nunes, em seu trabalho *Anísio Teixeira: poesia e ação*. Rio de Janeiro: PUC, 1991.

Teixeira, que já havia defendido o ensino particular, como solução para o Brasil, na década de 20, apontando o perigo da decadência do ensino e a tirania do Estado, na substituição dos direitos da família⁶, depois de 1930, adere à democracia liberal e à Escola Única, constante do modelo educacional de Dewey⁷. Embora declarasse reconhecer a diversidade entre a evolução histórica do Brasil e dos Estados Unidos e os correspondentes tipos de escolas, propunha, para a educação brasileira, a reprodução da escola pública americana, cuja viabilidade se prendia ao fato de existir, naquele País, uma menor desigualdade social e financeira.⁸

Ao ser indicado para continuar o trabalho iniciado antes de 30, por Carneiro Leão e Fernando Azevedo, as idéias de Anísio Teixeira vinham sendo coerentes com o discurso das elites do País, mas, tornaram-se rapidamente desarticuladas da ideologia vigente, devido aos novos rumos tomados pelo Estado Novo, com a reorganização das classes dirigentes, no estabelecimento do *Estado de Compromisso*.

Nesse contexto, para legitimação do Estado Novo, foi procurado também o apoio das classes populares, com as chamadas “*alianças populistas*”. Após 1937, segundo Teixeira (1981, p. vii), Anísio é percebido como “um intelectual capaz de suscitar mudanças indesejáveis ao sistema de poder”, sendo portanto demitido e afastado temporariamente dos cargos públicos.

A contradição de Anísio se acentua:

[...] defendendo os valores que atendem aos anseios não só da burguesia industrial, como abre

⁶ Em artigo escrito em 1925 intitulado: “*A Propósito da Escola Única*” (Gandini, 1980, p. 51.2).

⁷ Fávero (1996) ressalta que: “até 1928, quando foi estudar nos Estados Unidos, Anísio Teixeira estava profundamente vinculado à Igreja Católica e particularmente aos jesuítas, em cujos colégios estudara. Retornando ao Brasil, no final dos anos 20, integra-se no movimento de renovação educacional do país, defendendo os princípios da democratização e universalização da escola pública, princípios defendidos em seus trabalhos como administrador”.

⁸ Gandini baseia suas afirmações em Wright Mills, para quem os Estados Unidos não tiveram aristocracia.

possibilidades para reivindicação para a pequena burguesia e as classes trabalhadoras, com as quais a pequena burguesia temia se igualar e o governo não queria enfrentar politicamente (TEIXEIRA, 1981, p. vii).

Abrangendo o período de 1930-1945, o trabalho de Mirene Teixeira (1981) analisa o discurso pedagógico de Anísio Teixeira, relacionando-o à estrutura social da qual faz parte integrante, como expressão do pensamento de grupo social específico, identificando como “*interlocutor oculto*” do Pensador, a Igreja Católica.

Anísio defendia o caráter leigo da Escola Pública. A autora qualifica o projeto de Anísio como contraditório, por ser caracterizado, ao mesmo tempo, por bases liberais conservadoras e postura igualitarista:

Em nome da racionalidade científica e da laicidade, opõe-se às posturas confessionais, e em seus escritos, critica as atitudes antiliberais e tradicionais de seu ‘interlocutor oculto’, a Igreja (TEIXEIRA, 1981, p. vii).

Mirene Teixeira (1981, p. 2) caracteriza o discurso de Anísio Teixeira como portador dos interesses de grupos específicos, e por esse motivo caracteriza-o como um “*intelectual orgânico*”, de acordo com a concepção gramsciana.

Também ao estudar o pensamento do autor, Gandini (1980) tem como proposta, ultrapassar o nível individual, não considerando Teixeira, como sujeito individual, mas diferentemente, buscando entendê-lo como expressão do pensamento de um determinado grupo social, ou seja, de um sujeito coletivo, que se exprime através de um autor. Carvalho (1992) também reconhece a fala de Teixeira como influenciadora e formadora de opinião, no setor da Educação e no meio científico.

Nesse sentido, já se delinea, a partir da polarização da figura de Anísio Teixeira como um sujeito coletivo, alguns traços da existência de grupos de indivíduos que detinham o poder de falar e agir, quando participantes do poder do Estado, pela apropriação de meios de comuni-

cação elitizados, apontando esse fato para a pertinência do pressuposto desta tese, que se refere à existência de um *sistema de exclusão*, no processo de publicação de artigos na RBEP.

3.2 MANOEL BERGSTROM LOURENÇO FILHO

Atribui-se a Lourenço Filho a criação da Rbep, quando de sua presença na condução do INEP, no período de 06/08/1938 a 18/01/46.

Ao apresentar características do pensamento do autor através dos artigos publicados, na RBEP, Gandini (1995, p. 169) visualiza-o como:

[...] o grande ‘sistematizador’, em sentido amplo, da teoria educacional [...] fornecendo rigorosa elaboração de conceitos e colaborando para a criação e implantação de instituições legais e administrativas que iriam cristalizar posições políticas que já se delineavam, desde antes do Estado Novo, pelas tendências das reformas estaduais.

Considerando-se a produção total na RBEP, Gandini afirma ter sido Lourenço Filho o autor que mais publicou artigos no periódico, entre 1944-52; um total de 26 artigos; mas, neste trabalho constatou-se que, Lourenço Filho não produziu grande número de artigos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, no mesmo período acima referido que, nesta tese, corresponde às fases 1 e 2 – Estado Novo e Governo Dutra: Nessas fases, Lourenço Filho produziu apenas um artigo .

Entretanto, o resultado da análise procedida nesta tese aponta Lourenço Filho, logo após Anísio Teixeira, tanto como produtor de artigos (cinco artigos) e como autor dentre os mais citados na RBEP.

Em relação à produção nas diferentes fases de governo, consta ter tido o autor concorrido com um artigo, no Estado Novo e com quatro artigos, no governo Quadros-Goulart. Constata-se, também, o fato de Lourenço Filho ter sido citado em 18 dos 206 artigos analisados.

Tal como Anísio Teixeira, considerando-se as práticas não-discursivas, ou não refletidas especialmente na RBEP, considera-se muito mais extensa a participação do autor para o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, especialmente pela sua presença em órgãos que lhe permitiam ações importantes para o desenvolvimento desse processo, citando-se dentre elas a própria criação do INEP e da RBEP, sob a orientação de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Estado Novo.

Os dados biográficos incluídos em Gandini (1995, p. 94-181), deixam transparecer a vastíssima obra do autor entre livros, conferências, artigos em diversos *periódicos*, muitos dentre esses itens, diretamente pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional

Diferentemente de Anísio, com quem participou das reformas estaduais e do *Manifesto dos Pioneiros*, Lourenço Filho se manteve no poder, a despeito das mudanças ocorridas no Estado brasileiro, supostamente devido à sua postura técnica que, entretanto, pode ser vista, tal como no trabalho de Gandini (1995, p. 169-70) como um “*objetivismo tecnocrático*”⁹, que “além de neutralizar possíveis aspirações inovadoras”, poderia significar a possibilidade de servir a diferentes regimes, respaldando-se na “concordância com seus pressupostos, métodos e iniciativas.”

Tentando entender a continuidade de Lourenço Filho no governo, ou melhor a sua promoção para cargo ainda mais alto que o ocupado anteriormente, após a saída de Getúlio Vargas em 1945, Gandini ressalta, nesse contexto de transição, além do “*objetivismo tecnocrático*”, a existência no País de um esforço para a manutenção da estrutura legal do Estado Novo, esforço do qual fazia parte a permanência de Lourenço Filho no poder.

Lourenço Filho não foi então excluído dos quadros administrativos e políticos vinculados ao Estado, tal como ocorreu com Anísio.

Suas relações com Anísio são facilmente identificadas, em inúmeros eventos e atividades, tais como, as Reformas Estaduais, Manifesto dos Pioneiros; Direção do Inep, dentre outras.

⁹ Expressão atribuída a João Almino (GANDINI, 1995, p. 169).

3.3 NEWTON LINS BUARQUE SUCUPIRA

Newton Sucupira escreveu sete, dentre os 206 artigos da RBEP, pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, enfocando temáticas relacionadas à Filosofia da Educação (1957), à filosofia de John Dewey (1960), à pesquisa na universidade e à pós-graduação (1962, 1963, 1965, 1969 e 1972).

Segundo seu *curriculum vitae*, Sucupira diplomou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1942) e Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1947); foi bolsista na Universidade de Columbia, Estados Unidos; dedicou-se ao Magistério, desde 1948, na área da Filosofia, especialmente a Filosofia da Educação; foi membro fundador da Academia Brasileira de Educação e membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos.

Sua produção intelectual é vastíssima e constante, do início de sua carreira acadêmica até a presente década, especialmente na área da Educação, sob a forma de livros, artigos de periódicos, folhetos, capítulos de monografias, anais de eventos diversos, aulas inaugurais e outras.

Desempenhou as funções de membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1978 e de Presidente da Câmara de Ensino Superior do mesmo Conselho, de 1968 a 1978, destacando-se como um dos responsáveis pela institucionalização da pós-graduação em geral no Brasil, tendo em vista sua atuação como autor de importantes pareceres.

Participou estrategicamente, do processo de desenvolvimento de inúmeras instituições de ensino superior e de pós-graduação do Brasil, país por ele representado em várias nações estrangeiras, atuando também ativamente em fóruns internacionais e nacionais, proferindo palestras, conferências e participando de mesas redondas, painéis e outros.

De sua produção destacam-se, nesta tese, dois Pareceres que estão incluídos dentre trabalhos os mais citados nesta tese: o *Parecer 977 de 3/12/65* e o *Parecer 77 de 10/02/69*, ambos do CFE¹⁰, tratando da implantação da pós-graduação no país.

Os trabalhos de Sucupira foram citados nove vezes nos 206 artigos analisados nesta tese.

¹⁰ PARECER 977 de 3/12/65. *Documenta*, Rio de Janeiro (44):67-86, dez. 1965.; PARECER 77 de 11/02/69. *Documenta*, Rio de Janeiro, n. 98, p. 128-32, fev. 1969.

3.4 JAYME ABREU

Autor de cinco artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, teve seu nome citado por seis vezes. Trata-se de um pesquisador em educação que trabalhou com Anísio Teixeira, quando este foi diretor do INEP e que desenvolveu trabalhos nas áreas de Economia da Educação, Pesquisa Educacional e sobre John Dewey.

Destaca-se, dentre seus trabalhos, uma monografia publicada pelo INEP, no ano da implantação dos centros de pesquisa, por Anísio Teixeira, em 1955, que se constitui de um estudo do sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro e que, tal como afirma o próprio Anísio na apresentação do trabalho, trata-se de um dos primeiros resultados da CILEME – *Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar*, que se propunha traçar um mapa das necessidades educacionais do país, de acordo com as diferentes regiões¹¹.

3.5 SISTEMA DE EXCLUSÃO

Para tratar da categoria *sistema exclusão*, no processo de publicação de artigos na RBEP, este artigo não partiu de análises em que se privilegiassem políticas editoriais, órgãos ou procedimentos com as mesmas atribuições, responsáveis pela administração do periódico, ao longo do extenso e diversificado período estudado.

A literatura sobre os grupos de intelectuais que disputavam posições de poder e influência, na administração central do País, durante as várias fases de governo, ao evidenciar as diferentes posições políticas desses grupos, proporcionou insumos para que se pudesse verificar presenças e ausências de autores, no processo de produção de artigos da RBEP.

O fato de ser a RBPE um órgão do Estado, obviamente já indicava uma possibilidade de tendência nessa direção, ou seja, no sentido de

¹¹ Há referência, nessa apresentação do Diretor do Inep, de um trabalho similar, também decorrente das diretrizes do CILEME, realizado por José Roberto Moreira, também destacado técnico do Inep, sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

exclusão, como produtores de artigos, de membros de facções que se posicionassem contrariamente aos princípios ideológicos em que se respaldavam os governos, para a manutenção no poder.

As discussões que se seguem são pertinentes ao contexto em que atuavam os grupos que, pela presença ou ausência em cargos do governo, eram “aceitos” como autores da RBEP ou se excluíram ou foram excluídos do seu processo de publicação.

Tomando-se o universo de artigos deste trabalho, com o intuito de se verificar a existência de um *sistema de exclusão*, na política de publicação adotada pela RBEP, partiu-se para a busca de algum elemento de coesão, entre os intelectuais-burocratas que escreviam no periódico do INEP, coesão que, num primeiro momento, poderia ser caracterizada pela presença na RBEP de um grupo de autores com algumas características comuns.

De acordo com os resultados desta pesquisa, essa nucleação de autores em um grupo portador de características comuns manifestou-se evidente, ao se verificar a autoria dos artigos que formam o universo empírico de dados desta tese, e ao se encontrar, um grupo de autores mais produtivos e mais citados, cujos membros detinham, ainda, as seguintes características: alguma identidade ideológica e vinculação com órgãos públicos, no desempenho de cargos de direção ou de assessoramento direto às diretorias e chefias do INEP.

A identificação desse grupo, entretanto, por produtividade de artigos e número de citações recebidas, mostrou-se insuficiente na evidenciação de peculiaridades do processo de produção do conhecimento da área estudada.

A literatura aponta para o fato de que, embora os autores produtores de conhecimento, no período, formassem um segmento bastante caracterizável, comprometido com um relacionamento que extrapolava as fronteiras profissionais, esses autores não comungavam exatamente os mesmos princípios e práticas, tendo entre si diferenças e especificidades.

Warde, ao alertar para a não-aceitação de uma postura consensual e homogênea, mesmo ao se considerar grupos facilmente identificáveis, como o formado pelos intelectuais que participaram do movimento da Escola Nova, assim se expressa:

[...] essa geração de educadores que esteve à testa das reformas estaduais (décadas de 1920 e 1930 particularmente); depois reapresentou-se no INEP, no debate da LDB e em tantas outras cenas nacionais produziu muitos consensos que não devem, entretanto obscurecer que dela fizeram parte homens de princípios, práticas e teorizações muito diferenciadas[...] (WARDE, 1995, p. iii).

A referida autora levanta dúvidas sobre a tendência dos estudos nacionais em reunir, numa mesma geração esses intelectuais, “a partir dos consensos que eles mesmos produziram” e sugere explorações mais profundas sobre as divergências e diferenças que marcam as práticas e as teorizações desse grupo. Sugere, também, a autora uma maior compreensão da própria produção dos consensos que se costuma identificar entre os membros desse grupo, “alguns estratégicos, alguns táticos; uns de longo alcance, outros provisórios”.

Este trabalho não teve a pretensão de se adentrar em maiores detalhes relacionados a essas diferenças, embora algumas delas possam ser inferidas das discussões nele incluídas.

O que se pretende discutir, nos parágrafos seguintes, são as diferenças entre os grupos antagonicos – *liberais* e *católicos* – suspeitando-se de possíveis relações e reflexos desse embates, com as presenças ou ausências significativas de artigos de autoria de membros desses grupos, na revista publicada pelo INEP.

No período de 1944-52, que inclui parte do Estado Novo e da República Liberal (Governo Dutra), Gandini identifica a RBEP como sendo um periódico de tendência conservadora, reflexo óbvio da tendência do próprio Estado Novo, período de governo responsável pela sua criação. Entretanto, a partir do estudo dos *editoriais* e da seção principal do periódico, intitulada “*Idéias e debates*”, compreendendo um total de 45 artigos, todos publicados no período de 1944-52, a mesma autora identifica, no periódico, autores que se alinham, não somente ao *conservadorismo* que caracterizava também

a política tecno-burocrática e autoritária dos governos da época, bem como uma outra corrente existente à época – a *liberal*¹².

Dentre os conservadores, um grupo especificamente se destacava, no cenário nacional dos anos 20, 30, 40 – o grupo dos *católicos* – que se contrapunha ao liberalismo, na defesa de seus interesses, que poderiam ser ligeiramente sintetizados nos seguintes pontos: posicionamento do ensino particular confessional, na organização do Sistema Nacional de Educação, e a adoção pelo Estado do princípio da obrigatoriedade da formação religiosa católica, nas escolas públicas.

O que realmente se verificou é que ocorreram oscilações de ideologias e personagens, no cenário em que se desenvolveu o processo de institucionalização do sistema de ensino no Brasil. Nesse sentido, torna-se evidente que possíveis momentos de exclusão tenderiam a se manifestar, no período abrangido pela presente pesquisa, momentos esses obviamente dependentes da vigência de governos mais ou menos tolerantes e permeáveis à discussão de ideologias contrárias, ou decorrentes de interesses e alianças que se manifestavam temporariamente oportunas.

Os resultados da pesquisa que fundamenta este artigo apontam Anísio Teixeira como o autor que mais produziu artigos e mais foi citado na RBEP, no período estudado. Teixeira será aqui considerado como o principal representante do pensamento liberal, em um cenário em que estiveram presentes duas correntes do pensamento educacional: a dos *conservadores*, dentre os quais se incluíam os católicos, e a dos *liberais*.

Numa tentativa de maior compreensão dos grupos que disputavam o poder de influir na organização do sistema educacional do país, traçar-se-á um esboço cronológico das situações desses grupos.

¹² Especificamente a autora trabalhou com a produção de dois autores: Lourenço Filho (conservador) e Almeida Júnior (liberal), e de suas análises dos autores como individualidades e do contexto vigente, podem ser feitas inferências quanto ao pensamento de outros autores conservadores como Gustavo Capanema e Francisco Campos e liberais, com Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Poder-se-ia dizer que a visão de mundo anisiana (dos liberais) coincidia com a ideologia conservadora de educação pública, leiga e gratuita do Estado, nos fins da década de 1920.

Baseando-se no trabalho de Sérgio Micelli e Jorge Nagle, Gandini afirma que a educação assumiu, no período de questionamento à Velha República, a importância de problema nacional, discutido pelos chamados “*educadores profissionais*” que foram chamados a colaborar com o Estado, devido à sua competência, destacando-se entre eles Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casassanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, muitos desses intelectuais responsáveis pelas reformulações do ensino, no Distrito Federal, São Paulo, Ceará, Minas, Bahia e Pernambuco, ao final da década de 20.

As reformas educacionais da década de 1920 são vistas como constituintes do ponto inicial da projeção dos “*educadores profissionais*” e mesmo de ideólogos do pensamento autoritário, como Francisco Campos, e por representarem as primeiras manifestações no sentido de implantação do sistema de educação de orientação nacionalista, calcada eminentemente em pressupostos “*técnicos*” (GANDINI, 1995, p. 124, 25).

Nesse sentido, a instalação das reformas administrativas e legais, a nível estadual, antecipou a reforma federal e, por meio da experiência adquirida por seus reformadores, possibilitou a organização das instituições federais de educação.

Segundo Gandini, os reformadores estaduais que foram “*alçados ao poder*” no Estado Novo, foram aqueles que apresentavam, já na década de 1920, preferências mais autoritárias, como por exemplo Francisco Campos¹³ ou mais “*técnicas*” como Lourenço Filho, também alinhado às idéias do governo que se instaurara; conseqüentemente, foram excluídos do poder aqueles que, embora fossem considerados técnicos, como Anísio Teixeira, preocupavam-se também com a efetivação também

¹³ Além de ideólogo do Estado Novo, autor da *Constituição de 37*, tal como afirma Martins: “A *Constituição de 37* foi ‘redigida por Francisco Campos, com sugestões de Gois Monteiro, sob a supervisão de Getúlio Vargas’ (Alzira Vargas) [...]” (1979, v.7, p.96).

da liberdade política e não somente com a preparação para o trabalho e a realização das finalidades do Estado¹⁴.

Gandini (1995, p. 170) afirma:

[...] estudos sobre esse período mostram que tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista administrativo [...] predominou o chamado “liberalismo excludente”: apesar do discurso sobre a democracia, procurava-se preservá-la – e também ao povo – de seus ‘inimigos’, dos ‘desordeiros’, dos ‘inimigos’ da democracia. O problema principal seria o controle da classe operária e sobre esta é que recaía o ‘liberalismo excludente’ ou o ‘democratismo autoritário’

Desde os primórdios dos anos 30 configurar-se-ia diferente a ideologia estatal, ocorrendo a adesão da Igreja ao Estado, sob o argumento de se lutar contra o comunismo. Essa articulação do grupo católico com as demais facções que compunham o poder do Estado Novo apresentou-se bastante complicada e difícil de se estabelecer.

Um Decreto de Abril de 1931 permitiu o ensino religioso nas escolas públicas do país e é recebido, pela Igreja, como uma primeira comprovação de que o Governo provisório, e mais precisamente Francisco Campos¹⁵, se

¹⁴ Segundo Micelli (*apud* GANDINI), a respeito da ocupação de cargos no governo depois de 1930, “fazendo-se um retrospecto da principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 20 e 30, pode-se constatar que elementos de praticamente todos os matizes foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estadual: militantes de organizações de esquerda, quadros da cúpula integralista [...] “Passada a crise dos ‘anos cruciais’ embora nenhum agrupamento ideológico se destaque como beneficiário exclusivo do regime[...] os ganhos posicionais favoreceram os quadros do movimento integralista e da reação católica”.

¹⁵ Ver Carta de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública, ao Presidente Getúlio Vargas, datada de 18/04/31, em que o Sr. Ministro expõe ao Presidente a importância do Decreto que ele caracteriza como o “*acto de maior alcance político de seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira*” (Documento constante dos arquivos do PROEDES/UFRJ).

manteria fiel aos “compromissos assumidos perante a consciência católica [...]”. Além de reivindicar o direito do ensino religioso, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 57).

Segundo Schwartzmann et al (1984), a presença dos líderes do Movimento da Escola Nova em posições de responsabilidade, no Rio de Janeiro, DF (Anísio Teixeira) e em São Paulo (Fernando Azevedo), quando Francisco Campos já deixara o Ministério da Educação, pareceu ameaçar o projeto de coligação entre a Igreja Católica e o Estado.

Num contexto de intensa mobilização, a Igreja fazia denúncias sistemáticas à “*laicização*” do ensino, da cultura, do Estado, dos sindicatos, como manifestação de um sentimento de exclusão. A revista, *A Ordem*, publicada pelo movimento católico, reservava espaços, cada vez maiores, para a análise do papel da Igreja na educação dos povos. Alceu Amoroso Lima levanta-se contra o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* que sugere a concentração do ensino nas mãos do Estado, contribuindo assim, segundo ele, para implantação do regime comunista

Em junho de 1932, a revista *A Ordem* (v. 12, n. 28) denuncia a orientação dada à educação, a partir de 30 e refere-se a Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Celina Padilha, como precursores do comunismo (VELOSO *apud* SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 58).

O poder central, entretanto, manifestava suas dificuldades em compatibilizar as demandas dos grupos antagônicos que o apoiavam, situação que causava insegurança nos católicos sobre a sua posição no processo de organização da Educação no País.

Tal como sugere Schwartzman et al. (1984), o fato de serem os católicos reconhecidos como parceiros e ocupantes de postos importantes no poder, não impedia ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema de preservar outros segmentos ou grupos, mesmo de ideologias diferentes, como possíveis partícipes do governo, desde que fossem úteis na legitimação e apoio do poder vigente.

O líder do movimento católico à época era Alceu Amoroso Lima, opositor ferrenho e constante de Anísio Teixeira, desde a divulgação do *Manifesto da Escola Nova*, em 1932.

Identifica-se os primórdios da militância de Amoroso Lima com a participação na obra social do Centro Dom Vital, graças à aproximação

com Dom Sebastião Leme e Jackson Figueiredo, líderes católicos. Como jornalista se dedicou aos estudos de filosofia católica, através das obras de Jacques Maritain e Gilbert Chesterton, tendo sido responsável por colunas dedicadas á divulgação desse tipo de pensamento, em vários jornais do país. Consta também de sua biografia o fato de haver participado da edição do periódico católico “*A Ordem*” e de ser o maior líder nacional do laicato católico, com reconhecida atuação no País e no exterior, desde a década de 1920, até 1983, quando faleceu.

Segundo o Dicionário do CPDOC/ FGV (1984, p. 1830):

[...] A divulgação do Manifesto teve grande repercussão porque significou uma cisão entre os educadores opondo os defensores do ensino leigo aos que lutavam pelo ensino religioso obrigatório entre esses últimos Alceu Amoroso Lima.

A influência de Amoroso Lima se instaurou junto ao Estado a partir de seu trabalho como Secretário-Geral da *Liga Eleitoral Católica* – LEC – criada em 1932 e que foi responsável pela eleição de representantes do pensamento católico, no legislativo.

Com relação ao seu inquestionável poder, junto ao Estado Novo, a história da educação registra o episódio em que Gustavo Capanema, Ministro da Educação da época, ao procurar se conciliar com seus colegas do Movimento da Escola Nova e ao mesmo tempo servir ao governo, manifesta seu interesse em convidar Fernando de Azevedo, para participar do Governo como Diretor da Diretoria Nacional de Educação.

Por ser Azevedo, “*persona non grata*” para Amoroso Lima, pelas razões já referidas, esta intenção de Capanema provocou repúdio veemente da parte deste que sugere, como alternativas para ocupação do cargo em questão, outros nomes de especialistas, educadores da sua confiança e obviamente da confiança da Igreja, tais como: Isaias Alves (“*ex-diretor de Instrução Pública da Bahia, perseguido no Rio por*

Anísio por ter se oposto aos seus sectarismos”.); Everaldo Backheuser, (Presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação); Padre Helder Câmara; Álvaro Vieira Pinto; Almir de Castro; Arthur Gaspar Viana; Euryalo Canabrava; Guilherme de Azevedo Ribeiro; Hamilton Nogueira; José Burle de Figueiredo; José Maria Belo; Leonídio Ribeiro; Murilo Mendes; Raul Leitão da Cunha; Viana J. A. de Souza, Vinícius de Moraes (SCHWARTZMAN, 1984, p. 85).

Além dos nomes anteriormente citados, numa tentativa de se verificar, em uma abordagem bastante incipiente, a ausência de nomes da corrente católica na revista do Inep, foram levantados nomes de representantes desse pensamento, como possíveis líderes e militantes irradiadores de conhecimento, na área da Educação, no País e internacionalmente: Alceu Amoroso Lima ou Tristão de Ataíde (pseudônimo), José Maria Belo, Theillard de Chardin, Gilbert Chesterton, Gustavo Corção, Jackson Figueiredo, Leonel Franca, Dom Sebastião Leme, Jacques Maritain, Dom Vicente Scherer, Dom Vital, Afonso Arinos de Mello Franco, Abgar Renault, Carlos Chagas Filho, Lúcia Marques Pinheiro, Newton Sucupira, Gustavo Corção, José Penteadó Júnior, Padre Josafá Cardonel.

Procedeu-se a verificação da presença desses autores, cujos nomes foram extraídos de consultas à literatura publicada e pesquisadores da área da Educação¹⁶, nos seguintes arquivos: índice da RBEP, 1944-84, para se verificar se foi publicado na RBEP algum artigo do autor; o mesmo índice mas, restringindo-se ao escopo desta pesquisa, ou seja, aos artigos pertinentes à institucionalização da pesquisa educacional, 1944-74; arquivo de citações recebidas, referentes a trabalhos e alusões, constante do material levantado para esta tese.

Constata-se dessa verificação a presença de pensadores e de católicos militantes, supostamente conhecidos como integrantes da cúpula do movimento, como produtores de artigos, ou autores citados na RBEP, tais como, o do próprio líder Alceu Amoroso Lima, que também assinava com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, Jackson Figueiredo, Padre Leonel

¹⁶ Osmar FAVERO e DICIONÁRIO DA FGV/CPDOC, ambos citados na Bibliografia desta tese. A Professora Maria da Lourdes Fávero, historiadora da área da Educação também contribuiu para a identificação de alguns nomes de autores católicos.

Franca, Euryalo Canabrava, Arthur Gaspar Viana, Murilo Mendes, Almir de Castro e Teobaldo Miranda Santos, Afonso Arinos de Melo Franco, Abgar Renault, Carlos Chagas Filho, Lúcia Marques Pinheiro, Newton Sucupira, Gustavo Corção, José Penteado Júnior, Pe. Josafá Cardonel¹⁷.

Cumpram também destacar que, em todos os períodos, manifestações contrárias à participação da Igreja nos projetos ministeriais, também ocorriam. Destaca-se a título de ilustração o pedido de demissão de Carlos Drummond de Andrade, motivado pela impossibilidade, devido às suas convicções, de assistir a uma conferência de Alceu de Amoroso Lima, realizada sob os auspícios do órgão ao qual servia, na qualidade de Chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema.

Em alguns períodos, entretanto, pôde ser detectada uma certa identidade ideológica entre liberais e católicos, manifestando-se algum nível de consenso, entre as duas facções, ocasionando a participação simultânea de ambas no poder, podendo-se citar o exemplo da crença num possível *desenvolvimento sustentado* no país (anos JK)¹⁸, e também da identificação de ambos os grupos como adeptos da ideologia comunista (fase do governo Goulart).

Nos períodos Kubitschek e Quadros-Goulart, em que se constata haver a tendência desenvolvimentista se manifestado mais intensamente, foram mantidas as alianças entre o Estado, tanto com Anísio Teixeira como com a Igreja, ambos adeptos, de alguma forma, dessa corrente.

A atitude polêmica dos católicos parecia ter como opositor, não os liberais como um bloco mas, Anísio Teixeira, como representante de um perigo que se caracterizou a partir do já referido *Movimento da Escola Nova*, e que na realidade pode ser visto sem muito fundamento pois, claro estava, naquele manifesto, a impossibilidade do Estado atender a toda demanda do segundo grau, com escolas públicas. Sempre esteve resguardado o espaço para as escolas católicas que, até aquela época

¹⁷ Esta relação de nomes não pretende ser exaustiva, mesmo porque uma pesquisa sobre as vinculações religiosas dos autores produtores de artigos da RBEP, no período, demandaria maior nível de aprofundamento nas biografias de todos os autores.

¹⁸ Mais do que uma “*corrente de idéias*”, o desenvolvimentismo, segundo Míriam Limoeiro (apud FÁVERO, 1984, p. 72, 331) “assumiu o papel de ideologia dominante, tomando sua forma mais precisa e mais global”.

(1932) ocupavam posição majoritária dentre as instituições encarregadas no País do Ensino Secundário.

Essa animosidade perpassou vários períodos, mesmo quando os oponentes se achavam ambos participantes do mesmo bloco. O Dicionário Histórico da FGV/ CPDOC (1984), registra que, em 1958, no auge dos debates sobre o papel do estado no sistema educacional, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer e os bispos gaúchos, dirigiram um memorial ao presidente Kubitschek, “denunciando Anísio como paladino da escola pública que iria preparar o povo para reivindicações sociais”. A RBEP (n. 70) publicou esse memorial e Anísio Teixeira esteve quase demitido, por esse motivo.

Outros movimentos, ocorridos nos governos Quadros-Goulart e Militares, também podem ser incluídos dentre as pistas para se pesquisar a existência de um possível *sistema de exclusão* praticado pela RBEP, em decorrência do alinhamento do periódico à ideologia do Estado.

Nos albores da década de 1960, com o beneplácito do Estado, surgiu o MEB – *Movimento de Educação de Base*, liderado pela Igreja Católica, e também impulsionado pela ideologia desenvolvimentista. Fávero em sua tese de doutorado (1984) identifica a referida ideologia, no MEB e afirma que “pode-se mesmo dizer que havia se popularizado a ideologia do desenvolvimento”, embora a Igreja não deixasse de questionar a primazia do econômico em detrimento do social.

Entretanto, os movimentos da Igreja, após 64, vão gradativamente imergindo, novamente, em aguda crise, configurando-se discordâncias, cada vez maiores, entre a Igreja e o Estado, crise essa que, segundo Fávero (1984, p. 249) vai se recrudescer, a partir de 1968, “quando o autoritarismo e a repressão mostram-se por inteiro”. Isso porque, segundo Padre Vaz *apud* Fávero, o princípio de conscientização do MEB, apesar de ter originado em terreno pedagógico, colocou-se gradativamente no terreno do conflito ideológico que por sua vez encaminhou-se para o terreno político.

Antes da ruptura com o Estado, alguns integrantes do MEB já vinham se sintonizando com os grupos que discutiam um projeto alternativo para o desenvolvimento nacional, como por exemplo os intelectuais do ISEB. O movimento que contava com a participação popular, formada de um grande contingente de leigos, foi identificado com o comunismo e

se viu ameaçado pelas facções que identificavam em sua teoria e prática, um perigo para o poder estabelecido vigente.

Anísio Teixeira era Diretor do INEP à época do início do MEB e, após 64, ocupando simultaneamente a função de Reitor Interino da Universidade de Brasília – UnB, foi identificado também como comunista e “caçado”.

No período que se estende de 1952 a 64 (que inclui quatro dos seis períodos em que se divide o tempo desta tese), supõe-se que Anísio Teixeira, ao desempenhar as funções de diretor do INEP, tenha desempenhado também as funções de “referee” da RBEP, tornando viável a ocorrência de comportamentos que tenham culminado na exclusão ou possível auto-exclusão de alguns militantes católicos, mais radicalmente vinculados à cúpula do movimento, do processo de publicação de artigos na RBEP¹⁹

O que se constatou de todas essas reflexões é que: a RBEP nasceu e se desenvolveu sob os auspícios de um Estado comprometido com várias facções ideológicas. Entretanto, especialmente nos momentos de luta contra o comunismo teria sido instaurada grande intolerância e severa censura, no processo de livre expressão das idéias, intolerância calcada em pressupostos não muito bem fundamentados, assistindo-se a um processo amplo de exclusão do poder de indivíduos e grupos, tais como Anísio Teixeira, católicos e todos os autores que se identificavam com a referida corrente político ideológica.

É importante destacar o fato de que, ao ser criada, no exercício de Gustavo Capanema como Ministro da Educação, a RBEP tenha recebido, ainda nos primórdios de sua existência, uma orientação fundamentada em sugestões e orientações de Alceu Amoroso Lima, dirigidas para a necessidade de divulgação de doutrinas antimarxistas. Dentre outras sugestões atribuídas ao referido pensador, juntamente com o destaque a ser dado às áreas de educação e do trabalho, conforme

¹⁹ Fávero (1996) afirma, baseando-se no próprio expediente do periódico, que não havia conselho editorial na RBEP, até 1964, quando este foi instituído, na administração de Carlos Pasquale, como Diretor do INEP, em abril desse mesmo ano, imediatamente após a instauração do Governo Militar, no Brasil.

documentos referidos no livro *Tempos de Capanema* (SCHWARTZMAN et al., 1984 *apud* GANDINI, 1995, p. 25), encontra-se uma orientação específica para a criação da revista que seria:

[...] d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base desses princípios, com boa colaboração, etc. e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc.

Esse documento já antecipa a exclusão de alguns representantes do escolanovismo, principalmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, como decorrência do pacto do Estado com a Igreja. Nesse pacto, por parte do Estado “interessava o ‘papel político e instrumental’ que a Igreja poderia representar, posição já assumida por Francisco Campos em 1931. À Igreja interessava que o Estado facultasse o ensino religioso nas escolas públicas, bem como não impedisse o ensino privado e confessional”.

Gandini (1995, p. 27) afirma, com base em suas pesquisas, que embora a revista realmente não tenha feito a divulgação de textos marxistas ou bolchevistas, manteve-se perfilada à tendência escolanovista que Amoroso Lima combatia, “considerando-a naturalista, materialista, imediatista e estatista” e que a tendência expressa pelo periódico não era “*ortodoxa ou monolítica*” mas, formada de correntes de pensamento diversas.

Analisando-se a fase dos governos militares que herdaram o periódico, juntamente com todo o aparato institucional governamental, a partir de 64, é possível que tenha havido pouca chance, tanto para católicos como para liberais expressarem na RBEP seus pensamentos. Constatase, entretanto, que Anísio publicou, ainda nesse período, três artigos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional.

O que se depreende dessas sequências de fatos é que a RBEP, como órgão do Estado, tinha como política editorial princípios que se aproximavam da ideologia dos governos em exercício e, no “*movimento pendular*” entre liberalismo e autoritarismo (conservadorismo), que caracterizou o governo brasileiro a partir da década de 30, o periódico oscilava em aceitar ou não a participação de diferentes facções, dependendo de sua concordância com a ideologia educacional mestra do Estado do qual se constituía importante canal de comunicação institucional.

Conclui-se, portanto, que há indícios de que tenha havido fidelidade do periódico à ideologia do Estado, tendo seu processo de seleção funcionado a partir de um sistema de exclusão, que implicou na não-publicação dos artigos escritos por autores que não se afinassem com o pensamento estatal, mais especificamente, com o Ministério da Educação.

Ainda como consequência da repressão ao comunismo, pelos líderes católicos, aliados do Governo, nos últimos dias de 1935, clima que desencadeou a demissão do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, e de seu colaborador Anísio Teixeira, constata-se a exclusão deste dos quadros de poder, fato que parece haver repercutido, alguns anos depois (1944), considerando-se a inexpressiva manifestação de suas idéias, no periódico criado pelo Estado Novo²⁰. A ausência de artigos de Anísio Teixeira, entretanto, não foi total pois, como já foi dito, o autor publicou em 1947 um artigo sobre autonomia da Educação na Bahia.

No desenvolvimentismo dos anos Vargas, Kubitschek, Jânio-Goulart, como técnico, ainda engajado às causas das camadas populares, Anísio, até o fim de sua vida, nos Governos Militares, continuou a ser identificado com o comunismo, embora fosse um liberal – um liberal igualitarista.

²⁰ Os comentários de Fávero (1996, p.5) vêm esclarecer a posição de TEIXEIRA, nos conflitos que então se configuravam no cenário do processo de estruturação do sistema de ensino público no País, antes da decretação do Estado Novo: “Anísio assume a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, num período conturbado e sofre, como mostra Paschoal Leme (Memórias v.2), ‘todo o impacto dos acontecimentos contraditórios verificados’ na primeira metade dos anos 30. Não podemos esquecer que ele exerceu o cargo de Diretor de Instrução Pública do então Distrito Federal, em um dos momentos em que a cidade do Rio de Janeiro não era apenas a capital cultural do país, mas também sede do poder central, das relações de mando e de tomadas de decisões políticas. As iniciativas de Anísio à frente da Secretaria tiveram, não só um caráter de ampliação e consolidação do legado que recebera, em termos de modernização e ampliação da rede escolar primária, iniciada nas administrações anteriores, mas foram também marcadas por características muito peculiares na consecução dos objetivos visados, o que provocou oposições radicais, mas também apoio de elementos respeitáveis do magistério (ver jornais da época: O Correio da Manhã, Jornal do Brasil, etc.)”.

Já os católicos estiveram excluídos do poder de participar das decisões do Estado, por não se afinarem com os pressupostos do ensino leigo, público e gratuito, no período do final da Primeira República. Nos anos de 20 e 1930, esse grupo consegue ser aceito pelo Estado, sob o argumento de identidade ideológica na luta contra o comunismo. No início dos anos 60, identifica-se com a esquerda, por força de mudanças de tendência decorrentes do próprio amadurecimento da Igreja, em face à política social adotada pelos governos, tendência que extrapolou o contexto nacional, à medida que estimulada pelo teor social de encíclicas papais²¹, que se posicionaram numa explícita opção pelas camadas menos privilegiadas da sociedade.

O processo de aquiescência ou não pelo governo, da interferência ou colaboração de orientações educacionais provenientes de grupos de poder existentes na sociedade leva a reflexões sobre o poder do Estado.

Na linha de observação empreendida por esta pesquisa, detectou-se o reflexo, na literatura, de oscilações do processo de assimilação pelo Estado brasileiro de contribuições e de condução ideológica da organização educacional; essas oscilações manifestaram-se pela alternância, radicalização ou coexistência de poderes, oriundos de várias facções, que se ressaltavam, também, por força de pressão e poder desses próprios grupos.

Identifica-se a existência, no contexto estudado, de características que poderiam refletir a existência, no País, de uma rede de poderes que Foucault chamou de “*Microfísica do Poder*”, caracterizada como:

poderes periféricos e moleculares que não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho do Estado”
poderes que se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado (MACHADO, 1993, p. xii).

²¹ Mater et Magistra (1961) e Pacem in Terris (1963). Em 1931 o Vaticano já havia ivulgado outra encíclica que reformulava de maneira bastante incisiva o posicionamento diante dos problemas sociais : A Quadragesimum Annum.

Grupos pressionam o governo a permitir a sua inserção no aparelho estatal que seria, nesse sentido:

um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa...”[...] “nem o controle nem a destruição do aparelho do Estado, como muitas vezes se pensa – embora talvez cada vez menos – é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade”[...] O Estado não seria “o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado (MACHADO, 1993, p. xiv).

Os diferentes grupos de poder, ao assumirem o comando do Estado, ou ao serem aceitos para participar desse comando, impõem sua ideologia que se alinha à dominante. A produção de conhecimento, nas diversas áreas do saber, seria reflexo de campos específicos de poderes que seriam identificados na rede de pesquisadores e instituições, por eles próprios criadas.

Os poderes que detêm os diversos grupos preexistiriam ao poder estatal e com ele coexistiriam e, quando algum grupo se acerca do Estado ou assume seu comando adquire o direito de dominar e excluir grupos localizados em outras posições.

Partindo-se do pressuposto de que a RBEP mantinha um *sistema de exclusão*, no processo de aceitação de artigos para publicação, conjecturou-se sobre o comprometimento ideológico do periódico e a

conseqüente tendência deste em atender aos interesses do Estado, seu proprietário.

Nesse intento, tentou-se verificar quais teriam sido os critérios fundantes para a aceitação de artigos para publicação e quais teriam sido as vozes possivelmente silenciadas.

Ao encontrar evidentes indícios de ser político esse critério, constatou-se que, no período do Estado Novo, a exclusão de Anísio Teixeira – líder representante da cúpula dos liberais – dos quadros do Estado, teve como conseqüência a sua exclusão da RBEP, como produtor de artigo, embora Anísio tenha sido o autor mais citado, em períodos em que fazia parte dos quadros do Estado.

Quanto ao líder dos católicos, Alceu Amoroso Lima, pseudônimo Tristão de Ataíde, ferrenho opositor de Anísio, verifica-se, de acordo com o índice da RBEP, que ele não publicou artigos no período em que Anísio Teixeira foi diretor do INEP, embora a RBEP tenha resenhado um trabalho de sua autoria, em 1960²²

Pela análise e peso das referências ao seu nome, no periódico, conclui-se, também, que Amoroso Lima tenha sido excluído ou se auto-excluído da RBEP, devido às divergências ideológicas e políticas com Anísio Teixeira.

É possível, portanto, que a exclusão de autores da RBEP tenha se dado, não em relação a facções ou segmentos antagônicos como grupos, mas que tenha se manifestado em relação à cúpula desses grupos, ou seja, seus líderes.

²² T.R./Resenha/ LIMA, Alceu, Amoroso. O espírito universitário. **RBEP**, v.34, n.79, jul.-set., 1960.

De acordo com o índice da revista, constam as seguintes referências ao autor, no período desta pesquisa: 1) Uma republicação de matéria de sua autoria, já publicada em outra fonte: -ATAÍDE, Tristão de. Educação democrática. O Jornal, Rio de Janeiro. **RBEP**, v.5, n.15, p.448-53, set. 1945. Seção “através de jornais e revistas”; 2) Um artigo: ATAÍDE, Tristão de. Plano cultural interamericano. **RBEP**, v.16, n.44, p.134-56. out.-dez. 1951 (antes de Anísio Teixeira ter sido nomeado Diretor do Inep); 3) Outro artigo, após a saída de Teixeira da direção do Inep, já no Governo Militar: ATAÍDE, Tristão de. Garric: in memoriam. **RBEP**, v.48, n.108, p.336-8, out. dez. 1967.; 4) Outra resenha de trabalho de sua autoria, também em governo de militares: MOREIRA, Fernando Soares / Resenha / LIMA, Alceu Amoroso. Debates pedagógicos. **RBEP**, v.65 n.150 p.489-91, maio- ago. 1984.

Há também indícios de que, nos momentos em que o Estado recrudescer sua postura anticomunista, tenha havido uma tendência de exclusão de adeptos da ideologia dos quadros administrativos do Estado e, conseqüentemente, do veículo de comunicação componente desse mesmo poder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As afirmações decorrentes da análise de citações, produtividade de artigos e análise do contexto histórico, a partir da literatura periódica publicada no país, ensejam uma visão peculiar do espaço de poder circunscrito no âmbito de atuação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de 1944-74 e fornece insumos para a descrição do processo de institucionalização da pesquisa educacional, no período que antecede a criação da pós-graduação em educação no país.

A RBEP, como órgão do Estado, detinha como política editorial princípios coerentes com as ideologias dos governos em exercício. O periódico oscilava em aceitar ou não a participação de autores de diferentes facções político-ideológicas, dependendo da concordância destes com a ideologia educacional mestra do Estado do qual o periódico se constituía em importante canal de comunicação institucional.

Há claros indícios de que tenha havido fidelidade do periódico à ideologia do Estado e de que seu processo de seleção tenha funcionado a partir de um sistema de exclusão que implicou na não-publicação de artigos escritos por autores que não se afinassem com o pensamento estatal, mais especificamente, com o Ministério da Educação, nos períodos específicos de governo estudados.

Concebido como uma “arqueologia do saber” que reflete a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, o presente estudo bibliométrico e os dois artigos respectivamente sobre produtividade de autores e de fundamentação teórica, ambos já publicados, formam uma trilogia envolvendo uma construção teórica e resultados que pretendem desvelar uma realidade político-ideológica passível de contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, assim como sobre a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, do INEP e das relações deste com a comunidade científica

e o Estado, em tempos anteriores ao período de implantação da pós-graduação em educação no país.

Abstract

An analysis of articles published in INEP's Brazilian Journal of Pedagogical Studies, in the period 1944-74, which refer to the institutionalisation of educational research in Brazil. The objective is to analyse 2383 citations which appear in 206 articles, from the optic of the following categories: impact of authors and system of exclusion from the process of selection of articles for publication in the journal. The results are discussed in the light of works on the knowledge production context and authors who focus on the participation of the same in governmental organs. There are clear signs that the Journal was faithful to the ideology of the State, considering that its selection process was based on a system of exclusion which involved the non-publication of articles written by authors who were not tuned to state, and more specifically, Ministry of Education thinking in particular periods of government studied.

Key-words

BRAZILIAN JOURNAL OF PEDAGOGICAL STUDIES
ANALYSIS OF CITATIONS
EDUCATIONAL RESEARCH
EDUCATION - BIBLIOMETRY
INFORMATION SCIENCE
ANISIO TEIXEIRA
NEWTON SUCUPIRA
LOURENÇO FILHO

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lidia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. *Ciência da informação*, v. 27, n.3, p. 253-61, set./dez. 1998.

_____. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). *Revista Brasileira de estudos Pedagógicos*, Brasília, INEP, n. 198. (Artigo aceito, no prelo em Abril 2002).

_____. *A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil*; estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944-74. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. 244p. [Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, sob a orientação da Professora Glaura Vasques de Miranda, PhD].

AZEVEDO, Fernando. Na pesquisadas raízes de uma instituição. *R.Bras.Est. Pedagógicos*, v. 42, n. 95, p. 18-26, jul./set.1964.

BRITTO, Jader de Medeiros. Presença da revista na educação brasileira. *R.Bras.Est. Pedagógicos*, v. 65, n.150, p.239-40, maio/ ago., 1984. p.239 (Editorial).

CARVALHO, Janete Magalhães. *A formação do professor pesquisador em nível superior no Brasil*; análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-64). Rio de Janeiro: UFRJ - Fac. Educação, 1992. 2 v. [Tese de Doutorado].

CHIZZOTTI, Antônio. A & P da pesquisa através da publicação em periódicos. In: *Avaliação e Perspectivas da ANPEd* . [s.l.]: ANPEd, 1993. p. 217-227.

CURRICULUM Vitae; Prof. Newton Lins Buarque Sucupira. [1996?]. 35p. [Documento em cópia impressa por microcomputador].

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio: Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC : FINEP, 1984.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. As faculdades de filosofia: subsídios para um debate. *Revista Universidade e Sociedade*. Sindicato ANDES Nacional, ano 2, n.11, jul., 1996. p. 22-30.

GANDINI, Raquel C. *Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira*. Rio: Civilização Brasileira, 1980. [Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP].

_____. *Intelectuais Estado e Educação*: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: 1944-52. Campinas: UNICAMP, 1995.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. A Educação e os estudos pedagógicos no Brasil. *R.Bras.Est.Pedagógicos*, v. 35, n. 82, abr./jun. 1961 p. 52-66.

_____. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *R.Bras.Est.Pedagógicos*, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set., 1964.

PILLATI, Orlando. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*: notas históricas; versão preliminar de trabalho. Brasília: INEP, 1995. [Impresso a partir de um arquivo de computador].

TEIXEIRA, Mirene Mota Santos. *O significado pedagógico da obra de Anísio Teixeira*. Belo Horizonte : UFMG/FAE, 1981. [Dissertação de Mestrado Orientador: Prof. Doutor Carlos Roberto Jamyl Cury].

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *R.Bras.Est.Pedagógicos*, v. 73, n. 175, p. 416, set./dez. 1992.

WARDE, Míriam Jorge. Prefácio. In: GANDINI, *Raquel. Intelectuais, estado e educação*: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: 1944-52. Campinas: UNICAMP, 1995.